

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

(anteriormente denominada HS
Administradora de Consórcios Ltda.)

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025



Herval

Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.

Relatório da Administração – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

HS Administradora de Consórcios S.A. (anteriormente denominada HS Administradora de Consórcio Ltda.)

O segundo semestre de 2025 consolidou um exercício de resultados altamente positivos para a HS Administradora de Consórcios S.A. (“HS Administradora de Consórcio” ou “Companhia”), refletindo a consistência de sua estratégia, a solidez de seu modelo de negócios e a maturidade operacional alcançada ao longo do ano. O desempenho observado no período reforça a capacidade da Companhia de sustentar elevados níveis de crescimento, mesmo em um ambiente econômico desafiador, mantendo disciplina operacional, eficiência na gestão e foco permanente na geração de valor para seus consorciados.

Ao longo do exercício de 2025, a HS Consórcios demonstrou resiliência, adaptabilidade e forte capacidade de execução, encerrando o ano com indicadores operacionais e comerciais que reafirmam sua posição de destaque no mercado de consórcios. A integração com o Grupo Herval seguiu desempenhando papel relevante no fortalecimento da governança, na ampliação das sinergias e no suporte ao crescimento sustentável da Companhia.

Desempenho Operacional – Vendas

No segundo semestre de 2025, a HS Administradora de Consórcios manteve trajetória consistente de expansão comercial, com desempenho de vendas robusto e alinhado às diretrizes estratégicas estabelecidas para o exercício. O período foi marcado por elevada dinâmica operacional e forte atuação da força comercial, resultando em um volume superior a R\$ 14 bilhões em vendas de cotas de consórcio.

Esse desempenho evidencia a atratividade das soluções oferecidas pela Companhia, bem como a confiança do mercado e dos clientes em seus produtos. A desenvoltura observada no segundo semestre contribuiu de forma decisiva para o encerramento de 2025 como um ano de evolução significativa, sustentando um ciclo virtuoso de crescimento, ampliação da base de clientes e fortalecimento da presença da HS Consórcios em seus principais segmentos de atuação.

Destaques Financeiros e Operações de Crédito

No âmbito das operações de crédito, o segundo semestre de 2025 foi igualmente expressivo. Durante o período, a HS Administradora de Consórcios entregou aproximadamente R\$ 1,65 bilhão em créditos de cotas contempladas a seus consorciados, reafirmando sua capacidade operacional, a eficiência de seus processos e o compromisso com a realização dos objetivos financeiros de seus clientes.

Com os resultados alcançados ao longo do exercício, a Companhia encerrou o ano de 2025 atingindo a marca acumulada de R\$ 11 bilhões em créditos liberados desde sua fundação, em 18 de outubro de 1993. Esse volume histórico reflete não apenas a escala das operações da HS Consórcios, mas também a solidez de sua atuação ao longo de mais de três décadas, pautada por práticas responsáveis de gestão, rigor nos controles e alinhamento aos interesses de seus *stakeholders*.

Considerações Finais e Perspectivas

O encerramento do exercício de 2025 confirma a consistência do crescimento da HS Administradora de Consórcios e a efetividade de sua estratégia de longo prazo. A performance observada ao longo do ano, com especial destaque para a continuidade do bom desempenho no segundo semestre, estabelece bases sólidas para os próximos ciclos de expansão.

A Companhia seguirá focada na busca por crescimento sustentável, na inovação de seus produtos, na otimização de seus processos e no aprimoramento contínuo da experiência dos consorciados. As sinergias com o Grupo Herval continuarão sendo exploradas de forma estratégica, fortalecendo a competitividade e ampliando as oportunidades de geração de valor.

As perspectivas permanecem positivas, com a HS Consórcios preparada para enfrentar novos desafios, aproveitar oportunidades de mercado e manter sua trajetória de evolução, sempre com responsabilidade, governança e foco na perenidade do negócio.

Dois Irmãos, 30 de março de 2026.

A Administração.

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À

Diretoria e Quotistas da

HS Administradora de Consórcios S.A.

(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcio Ltda.)

Dois Irmãos – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Apresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O

Grupo Herval

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2025
Ativo		
Circulante		348.175
Disponibilidades	5	99
Instrumentos financeiros		218.360
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado	5 e 7	218.360
Outros ativos		129.716
Rendas a receber		1.028
Taxa de administração a receber	9	4.109
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(832)
Diversos	8	125.411
		954.036
Não Circulante		954.036
Instrumentos financeiros		170.118
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado	7	170.118
Outros ativos		777.814
Taxa de administração a receber	9	4.820
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(4.646)
Diversos	8	772.009
Impostos diferidos	25.2	5.631
Investimentos		2
Imobilizado	10	1.794
Intangível	10	4.308
		1.302.211
Total do Ativo		1.302.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Herval

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2025
Passivo		
Circulante		653.508
Outras obrigações		653.508
Sociais e estatutárias	17.2	550.344
Fiscais e previdenciárias	11	11.586
Recursos não procurados	12	390
Receita antecipada	13	31.417
Comissões a pagar	14	54.949
Outras obrigações	15	4.822
Não Circulante		460.796
Outras obrigações		460.796
Receita antecipada	13	211.220
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	2.375
Impostos diferidos	25.2	247.201
Patrimônio líquido	17	187.907
Capital social	17.1	30.000
Reservas de lucros	17.2	151.907
Reservas legais	17.3	6.000
Total do passivo e Patrimônio líquido		1.302.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Herval

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025*(Em milhares de reais)*

		2025 2º semestre	2025
Receitas da intermediação financeira		24.361	40.944
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18	24.361	40.944
Outras receitas/(despesas) operacionais		171.216	329.071
Receitas de prestação de serviços	19	385.792	722.592
Despesas de pessoal	20	(20.563)	(40.285)
Outras despesas administrativas	21	(134.922)	(244.420)
Despesas tributárias	22	(58.624)	(109.186)
Outras receitas / (despesas) operacionais	23	(467)	370
Resultado operacional		195.577	370.015
Resultado antes da tributação		195.577	370.015
Imposto de renda e contribuição social	25.1	(65.868)	(125.276)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(36.247)	(70.381)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(29.621)	(54.895)
Lucro líquido do semestre/exercício		129.709	244.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Grupo Herval

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro
de 2025
(Em milhares de reais)

	2025	2025
	2º semestre	
Lucro líquido do semestre/exercício	129.709	244.739
Outros resultados abrangentes	-	-
Total resultado abrangente do semestre/exercício	129.709	244.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Totais
		Legal	Especial de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.000	6.000	457.168	-	493.168
Ajustes iniciais na adoção da resolução 352/2023	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de janeiro de 2025	30.000	6.000	457.168	-	493.168
Lucro líquido do exercício	-	-	-	244.739	244.739
Destinação para reserva especial de lucros	17.2	-	244.739	(244.739)	-
Destinação dos lucros	17.2	-	(550.000)	-	(550.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30.000	6.000	151.907	-	187.907
Mutações do período	-	-	(305.261)	-	(305.261)
Saldos em 30 de junho de 2025	30.000	6.000	572.198	-	608.198
Lucro líquido do semestre	-	-	-	129.709	129.709
Destinação para reserva especial de lucros	17.2	-	129.709	(129.709)	-
Destinação dos lucros	17.2	-	(550.000)	-	(550.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30.000	6.000	151.907	-	187.907
Mutações do período	-	-	(420.291)	-	(420.291)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2025 2º semestre	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	195.577	370.015
Ajustes ao lucro líquido		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	931	439
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	755	2.061
Depreciação e amortização	486	960
Lucro líquido ajustado	197.749	373.475
Variações nos ativos e passivos	(194.721)	(430.804)
Títulos e valores mobiliários	(57.322)	(188.581)
Taxa de administração a receber	(1.710)	(2.860)
Outros créditos	(169.580)	(289.736)
Outras obrigações	19.782	27.494
Fiscais e previdenciárias	7.380	16.075
Receita antecipada	43.489	80.843
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.760)	(74.039)
Caixa gerado/(aplicado) pelas atividades operacionais	3.028	(57.329)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.494)	(3.559)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.494)	(3.559)
Varição de caixa e equivalentes de caixa	1.534	(60.888)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	20.369	82.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	21.903	21.903
Varição de caixa e equivalentes de caixa	1.534	(60.888)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025
Ativo		
Circulante		2.100.991
Disponibilidades		3.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	2.097.308
Outros créditos		4.740.693
Direitos a consorciados contemplados	3.3.2	4.730.180
Bens retomados ou devolvidos		10.513
Compensação		119.480.923
Previsão mensal de recursos a receber	3.3.3	193.804
Contribuições devidas ao grupo	3.3.4	60.478.764
Valor dos bens ou dos serviços a contemplar	3.3.5	58.808.355
Total do ativo e compensação		126.322.607
Passivo		
Circulante		6.841.685
Outras obrigações		6.841.685
Obrigações com consorciados	3.3.6	3.622.077
Valores a repassar	3.3.7	387.195
Obrigações por contemplações a entregar	3.3.8	1.929.204
Obrigações com a administradora		116
Recursos a devolver a consorciados	3.3.9	699.848
Recursos dos grupos	3.3.10	203.245
Compensação		119.480.922
Recursos mensais a receber de consorciados		193.804
Obrigações do grupo por contribuições		60.478.763
Bens ou serviços a contemplar		58.808.355
Total do passivo e compensação		126.322.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Demonstração consolidada de variações nas disponibilidades dos grupos
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e semestre findo em 31 de
dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	2025 2º semestre	2025
Disponibilidades no início do semestre/exercício	1.851.134	1.647.724
Depósitos bancários	236	3.363
Cheques em cobrança	18	37
Aplicações financeiras do grupo	123.476	118.382
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.727.404	1.525.942
(+) Recursos coletados	2.229.648	4.094.016
Contribuições para aquisição de bens	1.618.377	2.976.238
Taxa de administração	416.650	769.646
Contribuições ao fundo de reserva	17.004	31.282
Rendimentos de aplicações financeiras	118.416	209.678
Multas e juros moratórios	3.524	6.325
Prêmios de seguros	11.400	20.861
Custas judiciais	1.088	1.852
Reembolso de despesas de registro	16.106	30.453
Outros	27.083	47.681
(-) Recursos utilizados	(1.979.791)	(3.640.749)
Aquisição de bens	(1.509.921)	(2.768.233)
Taxa de administração	(419.399)	(775.755)
Multas e juros moratórios	(1.750)	(3.185)
Prêmios de seguros	(11.165)	(20.484)
Devolução a consorciados desligados	(15.283)	(29.790)
Despesas de registros de contrato	(15.670)	(30.190)
Outros	(1.979.791)	(3.640.749)
Disponibilidades no final do semestre/exercício	2.100.991	2.100.991
Depósitos bancários	3.683	3.683
Aplicações financeiras do grupo	1.929.204	1.929.204
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	2.100.991	2.100.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma for indicado)

1 Contexto operacional

A HS Administradora de Consórcios S.A. (“Instituição”), anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda., foi constituída em 18 de outubro de 2003, sob a forma de sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia BR-116, Km 224, nº 7070, bairro Portal da Serra, no município de Dois Irmãos – RS.

Em 09 de dezembro de 2025, a Instituição deliberou pela transformação de seu tipo jurídico de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, passando a adotar a denominação social HS Administradora de Consórcios S.A., em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e alterações posteriores. A referida transformação societária não implicou alteração na substância econômica das operações, tampouco modificou o objeto social ou as atividades desempenhadas pela Instituição.

A Instituição tem por objeto social a organização e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis, imóveis e serviços, em conformidade com a legislação vigente, bem como com as normas e regulamentações aplicáveis emitidas pelo Banco Central do Brasil.

Em 26 de dezembro de 2025, a Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda., na qualidade de acionista controladora, celebrou Termo de Cessão e Transferência de Ações, por meio do qual cedeu e transferiu a totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua titularidade, representativas de 99,20% do capital social da Instituição, aos acionistas pessoas físicas.

Em decorrência dessa operação, a Instituição deixou de ser controlada pela referida pessoa jurídica, passando seu capital social a ser integralmente detido por pessoas físicas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio, que está sendo apresentada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e das variações nas disponibilidades dos grupos que estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

A Instituição, em conformidade com o disposto no Art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023 segue sem a apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes ao período do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 30 de março de 2026.



3 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Entre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Instituição é o Real, sendo que os saldos das demonstrações financeiras estão apresentados em milhares de reais.

3.2 Da Administração

3.2.1 Apuração dos resultados

A partir de 01 de janeiro de 2023 entrou em vigor a Resolução BCB nº 120/2021 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente), modificando a forma de reconhecimento da receita de taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, as quais, passaram a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano da cota.

O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

A administradora passou a diferir os movimentos de antecipação e lance que compõem a receita com taxa de administração de acordo com a obrigação de desempenho (plano da cota), pelo regime de competência “*pro rata temporis*”.

Conforme Instrução Normativa BCB nº 187/2021, as despesas com comissão sobre venda das cotas de consórcio passaram a ser reconhecidas pelo regime de competência “*pro rata temporis*” considerando o plano da cota, sendo registradas no ativo como despesa antecipada e apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

3.2.2 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são apresentados por disponibilidade em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

3.2.3 Instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, estabelece os critérios para a classificação, mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros, introduzindo uma abordagem baseada no modelo de negócios da instituição e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. De acordo com a resolução os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – O ativo gerido dentro de modelo de negócios que não se enquadra na classificação a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao custo amortizado, é reconhecido na Demonstração do Resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - O ativo gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos são constituídos apenas por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos são constituídos apenas por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo devem ser classificados de acordo com o seu nível de hierarquia:

Nível 1 – Valor justo baseado em preços cotados no mercado ativo. O mercado ativo é onde os ativos são negociados com frequência e volume suficiente, permitindo a formação contínua de preços baseados em transações reais.

Nível 2 – Se aplica quando não há preços cotados em mercados ativos (nível 1). Valor justo pode ser baseado em preços cotados de instrumentos semelhantes no mercado de ativos, preços cotados de instrumentos financeiros que podem variar ao longo do tempo ou quando as informações são avaliadas pelo mercado de balcão, ou quando os preços são formados a partir de premissas divulgadas no mercado como curvas de juros, volatilidades, *spread* de crédito, etc.

Nível 3 – Valor justo baseado em dados não observáveis no mercado, que exigem estimativas e premissas internas frequentemente usadas quando não há dados de mercado disponíveis.

3.2.4 Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.5 Imobilizado e Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

3.2.6 Ativo e passivo circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos, até a data do balanço. Não existem valores prefixados que justifiquem o ajustamento a valor presente.

3.2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 sobre o exercício (R\$ 120 ao semestre) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no período, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.2.8 Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

A diferença temporária surge quando a receita ou a despesa está incluída no lucro contábil em um período, mas vai ser incluída no lucro tributável em um período diferente.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

O ativo e passivo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial.

3.2.9 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios da Resolução nº 3.823/2009 descritos abaixo.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização, sobre as quais não existem mais recursos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - São reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. Perdas de probabilidade remota, não requer divulgação em demonstrações financeiras.

3.2.10 Estimativas e provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas e utilize julgamentos para contabilizar determinados ativos, passivos e transações divulgadas nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão divergir das estimativas inicialmente reconhecidas. As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e incertezas inerentes:

<u>Estimativa</u>	<u>Nota Explicativa</u>
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	9.1
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16

3.3 Dos grupos de consórcios

3.3.1 Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nº 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

3.3.2 Direitos a consorciados contemplados

Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos direitos dos consorciados contemplados é R\$ 4.730.180.

3.3.3 Provisão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão de recebimentos de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, o valor da previsão mensal de recursos a receber é R\$ 193.804.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

3.3.4 Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Demonstram as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços. Em 31 de dezembro de 2025, o valor das contribuições devidas ao grupo é R\$ 60.478.764.

3.3.5 Valores e bens ou serviços a contemplar

Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos bens e serviços a serem contemplados é R\$ 58.808.355.

3.3.6 Obrigações com consorciados

Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços. Em 31 de dezembro de 2025, o valor das obrigações com consorciados é R\$ 3.622.077.

3.3.7 Valores a repassar

Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros. Em 31 de dezembro, os valores a repassar totalizam R\$ 387.195.

3.3.8 Obrigações por contemplações a entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração. Em 31 de dezembro de 2025, os valores das obrigações por contemplações a entregar totalizam R\$ 1.929.204.

3.3.9 Recursos a devolver a consorciados

Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos recursos a devolver a consorciados é R\$ 699.848.

3.3.10 Recursos dos grupos

Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos recursos do grupo é R\$ 203.245.

3.3.11 Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

3.3.11.1 Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, do fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

3.3.11.2 Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

3.3.12 Novas normas e mudanças nas principais políticas contábeis

3.3.12.1 Instrução Normativa BCB nº 219/2022 e nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 estabelece os conceitos e critérios que devem ser observados pelas administradoras de consórcios e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil aplicáveis a instrumentos financeiros, definindo critérios para a classificação, mensuração, reconhecimentos, baixas de instrumentos financeiros, e constituição de provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito.

A Instituição está se adequando às exigências da Resolução BCB nº 219/2022 e da Instrução Normativa BCB nº 352/2023, que entram em vigor em 2025. As mudanças incluem o desenvolvimento e testes de metodologia para cálculo de perdas esperadas nos grupos de consórcios, além de ajustes nos sistemas como a inclusão de um novo módulo sistêmico que suporte as necessidades para atendimento à norma, revisão de controles internos e processos operacionais, treinamento interno para as equipes cuja unidade de negócio será impactada.

Os principais impactos estão relacionados a ampliação dos instrumentos financeiros sujeitos a provisão para perdas esperadas, efeito na contabilização das cotas contempladas e não quitadas, assim como ajustes na baixa de ativos por perda de crédito. Anteriormente à Resolução BCB 352 o provisionamento estava focado em cotas inadimplentes, com a nova norma todas as cotas, inclusive as adimplentes com risco potencial, serão avaliadas pelo modelo de perdas esperadas, portanto, serão provisionados valores mesmo para cotas ainda não vencidas, caso aumente o risco de inadimplência. As cotas contempladas que ainda não foram quitadas irão receber uma análise mais criteriosa para provisão, pois mesmo que um consorciado tenha sido contemplado, se houver sinais de risco de crédito, a administradora irá provisionar uma perda esperada maior. A baixa contábil de cotas inadimplentes será diretamente vinculada às novas regras de provisionamento, considerando as garantias associadas a cada operação.

3.3.12.2 Instrução Normativa BCB nº 390/2024

A Resolução BCB nº 390 de 12 de junho de 2024 trata sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif pelas administradoras de consórcio e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, alterando a estrutura do elenco de contas e requisitos de uso desse padrão contábil a serem observados por estas entidades.

A Resolução BCB nº 390 possui prazo de vigência escalonado, onde, a partir de 1º de julho de 2024 entra em vigor as alterações relacionadas às restrições de uso de rubricas contábeis conforme autorização institucional, a partir de 1º de janeiro de 2025 entra em vigor as regras sobre a escrituração contábil incluindo os níveis de agregação, e por fim, a alteração no que se refere à limitação máxima de níveis terá sua vigência completa em 1º de janeiro de 2030.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 que não foram aplicadas. Normas iniciadas em períodos após vigência do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2025 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.3.12.3 Art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023

O artigo 102 da Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 dispensa as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades corretoras de câmbio, as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Instituição adotou a disposição prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/2023 de não apresentar as informações comparativas de períodos anteriores nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
(anteriormente denominada HS Administradora de Consórcios Ltda.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

4 Resumo das operações de consórcios

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	2025
Grupos administrados	282
Consoiciados ativos	361.520
Desistentes e excluídos	301.583
Inadimplentes contemplados	10.532
Inadimplentes não contemplados	24.893
Bens entregues a consorciados	65.562
Bens pendentes de entrega	16.878
Percentual de inadimplência contemplados	3,13%
Percentual de inadimplência não contemplados	7,09%

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Disponibilidades	99
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado	21.804
Total	21.903

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Grupos de consórcios

Em 31 de dezembro de 2025, os grupos de consórcios possuem somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, estão representados por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Resolução BCB nº 285/2023 e não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

Grupos de consórcios		2025
Fundos de investimento ⁽ⁱ⁾	Sem vencimento	2.097.308
Total		2.097.308

Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

7 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio de resultado

7.1 Composição por tipo de instrumento e prazo de vencimento

	Sem vencimento	1 a 3 meses	4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado	Marcação a mercado
Custo amortizado						
Letras de câmbio ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	78.408	78.408	78.408
CDB pós-fixado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	21.804	102.019	91.254	215.077	215.077
CDB automático ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	66	66	66
CDB fundo diário	93.983	-	-	-	93.983	93.983
Total ativo financeiro custo amortizado	93.983	21.804	102.019	169.728	387.534	387.534
Valor justo por meio de resultado						
Fundos de investimento ⁽ⁱ⁾	944	-	-	-	944	944
Total ativo financeiro VJR	944	-	-	-	944	944
Circulante	94.537	21.804	102.019	-	218.360	218.360
Não Circulante	390	-	-	169.728	170.118	170.118

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
- (ii) As aplicações em letras de câmbio são valorizadas pelo rendimento mensal do papel aplicado, e as quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço, indexados ao CDI.
- (iii) CDB Pós-Fixado é um título de renda fixa cuja rentabilidade está atrelada a um índice econômico, como o CDI, e é ajustada periodicamente de acordo com a variação desse índice. O CDB Automático é um tipo de CDB que reinveste automaticamente o saldo disponível no investimento.

7.2 Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros de acordo com os níveis de valor justo definidos pela Resolução BCB 352 é apresentada a seguir:

Instrumento Financeiro	Valor Justo	Nível da Hierarquia
Fundos de investimento abertos	944	Nível 1
Letras de câmbio	78.408	Nível 2
CDB pós-fixado	215.077	Nível 2
CDB automático	66	Nível 2
CDB fundo diário	93.983	Nível 2
Total	388.478	

8 Outros créditos diversos - Administradora

	2025
Comissões a apropriar ⁽ⁱ⁾	845.070
Direitos por adiantamento a corretores ⁽ⁱ⁾	40.087
Impostos a recuperar	7.881
Direitos por adiantamento a terceiros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.914
Outros	1.689
Devedores e créditos diversos	779
Total	897.420
Circulante	125.411
Não Circulante	772.009

(i) Direitos por adiantamento a corretores: é constituído por valores de adiantamento aos corretores da operação de consórcios.

(ii) Comissões a apropriar: Atendendo a Resolução BCB nº 120/2021, a partir de 01/01/2022 as comissões sobre vendas de cotas de consórcio estão sendo registradas no ativo como despesas antecipadas. A Instrução Normativa BCB nº 187/2021 revogou a Carta Circular 2.598/95 do BACEN, assim, a despesa de comissão decorrente comercialização de cotas, é apropriada ao prazo da cota do cliente. Conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da reapresentação podem ser acompanhados na nota nº 2.1.

(iii) Refere-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora para composição de saldos quando do encerramento do Grupo e da liquidação das obrigações deste.

9 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Em atendimento à Resolução BCB nº 352, de 30 de novembro de 2023, a Instituição reconhece contabilmente a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em critérios, metodologias e estimativas consistentes com os princípios estabelecidos pela regulação vigente.

A provisão corresponde a uma estimativa das perdas potenciais relacionadas aos ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, considerando a probabilidade de inadimplência, a exposição no momento da inadimplência e a perda estimada em caso de inadimplência. São abrangidos por essa provisão os créditos vinculados a participantes inadimplentes dos grupos de consórcio, os recursos aplicados de grupos não encerrados em instituições financeiras e demais contas a receber que estejam sujeitas a risco de crédito.

A Instituição adota modelo simplificado de apuração da perda esperada, utilizando abordagem baseada na classificação das exposições como não problemáticas ou problemáticas. A mensuração é realizada com base em informações históricas, dados internos da carteira, características das operações e fatores macroeconômicos relevantes, em conformidade com a materialidade e complexidade da carteira de ativos financeiros.



Grupo Herval

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

A provisão para perdas esperadas é reconhecida no resultado da Instituição na data-base de cada balanço. São realizadas revisões periódicas nos modelos e premissas adotadas, com o objetivo de assegurar a aderência às práticas prudenciais determinadas pelo Banco Central do Brasil.

A provisão para perdas esperadas é calculada sobre a taxa de administração. No quadro abaixo constam os valores da taxa de administração a receber e da provisão para perdas esperadas:

	2025
Taxa de administração a receber	8.929
Circulante	4.109
Não Circulante	4.820
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.478)
Circulante	(832)
Não Circulante	(4.646)

9.1 Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo acumulado da provisão encontra-se registrado no grupo de Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, conforme demonstrado nesta nota explicativa. A Instituição manterá o acompanhamento sistemático da evolução da carteira, promovendo ajustes tempestivos nos modelos e estimativas em resposta a mudanças na conjuntura econômica ou nos níveis de risco observados.

9.2 Impactos da Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023

	Não Problemáticos	2025 Problemáticos
Carteira Imóvel		
Provisão para perda associada ao risco de créditos CP	46	334
Provisão para perda de associada ao risco de crédito LP	-	2.229
Carteira Veículos		
Provisão para perda associada ao risco de créditos CP	61	391
Provisão para perda de associada ao risco de crédito LP	-	2.417
Total Geral		5.478
Circulante		832
Não Circulante		4.646

10 Imobilizado e Intangível

10.1 Composição do Imobilizado e Intangível

10.1.1 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Total
Custo de aquisição	467	1.281	2.574	4.322
Depreciação acumulada	(339)	(903)	(1.286)	(2.528)
Saldo líquido em 31/12/2025	128	378	1.288	1.794

10.1.2 Intangível

	Software	Software em andamento	Total
Custo		2.109	3.380
Amortização Acumulada		(1.181)	(1.181)
Saldo líquido em 31/12/2025	928	3.380	4.308

10.2 Movimentação do Ativo Imobilizado de Uso e Intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Software	Software em andamento	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	155	538	703	1.015	1.092	3.503
Aquisições	9	22	911	329	2.288	3.559
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação/amortização	(36)	(182)	(326)	(416)	-	(960)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31/12/2025	128	378	1.288	928	3.380	6.102

A Instituição deprecia o ativo imobilizado e amortiza o ativo intangível pelo método linear, com base nas taxas determinadas de acordo com a vida útil econômica estimada de cada bem, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa anual de Depreciação/Amortização
Veículos	20%
Móveis, utensílios e ferramentas	10%
Equipamentos de Informática	20%
Software	20%

11 Fiscais e previdenciárias

	<u>2025</u>
Impostos, contribuições e provisões sobre salário	4.343
IRPJ e CSLL Correntes	3.590
Pis e Cofins	1.738
ISSQN	1.511
Outros tributos	404
Total	<u>11.586</u>

12 Recursos não procurados

Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados, cujos consorciados não foram localizados ou não solicitaram o resgate até a data dos balanços, o montante de R\$ 390 em 31 de dezembro de 2025 refere-se a grupos encerrados anterior a Lei nº 11.795/2008. A Instituição não incide taxa de cobrança sobre os saldos apresentados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025.

13 Receita antecipada

	<u>2025</u>
Receita de prestação de serviços ⁽ⁱ⁾	<u>242.637</u>
Total	<u>242.637</u>
Circulante	31.417
Exigível a longo prazo	211.220

(i) De acordo com a resolução BCB nº 120/2021, a qual dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, orientando a observância do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, passam a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano de cada grupo, conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da reapresentação podem ser acompanhados na nota nº2.1.

14 Comissões a pagar

Refere-se ao saldo de comissões a pagar a corretores de consórcio, proveniente das vendas efetivadas, no montante de R\$ 54.949 em 31 de dezembro de 2025.

15 Outras obrigações diversas – Administradora

	<u>2025</u>
Outras obrigações diversas	2.362
Fornecedores e credores diversos	1.545
Provisão para pagamentos a efetuar	915
Total	<u>4.822</u>

16 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

16.1 Administradora

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, a Instituição constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações conforme demonstrado abaixo.

Natureza	Prováveis		
	2025		
Cíveis		1.644	
Trabalhista		731	
Total		2.375	

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 01/01/2025	707	1.229	1.936
Adições/Atualizações	54	1.432	1.486
Reversões/Pagamentos	(30)	(1.017)	(1.047)
Saldo em 31/12/2025	731	1.644	2.375

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 8.317 em 31 de dezembro de 2025.

16.2 Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referentes a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes desses processos são cobertos pelos recursos desses grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda possível envolvendo os cotistas dos grupos de consórcios, em 31 de dezembro de 2025, são no valor de R\$ 21.464.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Instituição era de R\$ 30.000, dividido em 30.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

17.2 Reserva especial de lucros

Representa montantes transferidos da conta lucros acumulados, para futura incorporação ao capital social, distribuição de lucros, compensação de prejuízos ou outras destinações, a critério da Administração da Administradora.

O lucro líquido, na proporção da participação de cada sócio, terá a destinação que os sócios lhe derem em deliberação tomada em reunião, pela maioria do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição teve um lucro acumulado de R\$ 244.739 (R\$ 129.709 no segundo semestre), e os sócios distribuíram lucros no valor de R\$ 550.000. O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 151.907.

17.3 Reservas Legais

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

18 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2025	2025
	2º semestre	
Rendas de certificados de depósito bancário	17.605	29.180
Renda de aplicações – LC	5.954	10.840
Rendas de aplicações F.TOP	802	924
Total	24.361	40.944

19 Receita de prestação de serviços

	2025	2025
	2º semestre	
Rendas taxas de administração de consórcios ⁽ⁱ⁾	385.792	722.592
Total	385.792	722.592

(i) De acordo com a resolução BCB nº 120/2021, a qual dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio, orientando a observância do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, passam a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano de cada grupo, conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da reapresentação podem ser acompanhados na nota nº 2.1.

20 Despesas de pessoal

	2025	2025
	2º semestre	
Proventos	(12.706)	(23.691)
Benefícios	(3.649)	(8.703)
Encargos	(4.206)	(7.886)
Outras despesas de pessoal	(2)	(5)
Total	(20.563)	(40.285)

21 Despesas administrativas

	2025	2025
	2º semestre	
Despesas com comissão ⁽ⁱ⁾	(110.237)	(197.227)
Outras despesas	(6.124)	(13.252)
Serviço de terceiros	(7.727)	(12.611)
Despesas de propaganda	(3.450)	(6.709)
Despesas com feiras e eventos	(1.775)	(4.111)
Despesas de processamento de dados	(2.308)	(3.726)
Despesas com autenticações e cópias	(996)	(2.277)
Despesas de aluguel	(1.022)	(1.965)
Despesas de transportes	(694)	(1.392)
Depreciação e amortização	(486)	(960)
Despesas de comunicação	(103)	(190)
Total	(134.922)	(244.420)

(i) Atendendo a Resolução BCB nº 120/2021, a partir de 01/01/2022 as comissões sobre vendas de cotas de consórcio estão sendo registradas no ativo como despesas antecipadas. A Instrução Normativa BCB nº 187/2021 revogou a Carta Circular 2.598/95 do BACEN, assim, a despesa de comissão decorrente comercialização de cotas, é apropriada ao prazo da cota do cliente. Conforme política contábil descrita na nota nº 3.2.1 e os impactos da rerepresentação podem ser acompanhados na nota nº 2.1.

22 Despesas tributárias

	2025	2025
	2º Semestre	
COFINS	(33.644)	(62.896)
ISSQN	(8.615)	(16.164)
Cofins Diferido	(7.488)	(13.607)
PIS	(7.251)	(13.565)
PIS Diferido	(1.626)	(2.954)
Total	(58.624)	(109.186)

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2025
	2º Semestre	
Multas e juros recebidos	1.687	3.264
Outras provisões ⁽ⁱ⁾	2.296	2.788
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(755)	(2.061)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.695)	(3.621)
Total	(467)	370

(i) Em Outras provisões estão contemplados: provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários; provisão para premiações; e demais provisões operacionais aplicadas ao negócio da Administradora.

24 Transações com partes relacionadas – Administradora

2025	Ativo	Passivo	Resultado 2º semestre	
Aplicações em letras de câmbio				
HS Financeira S.A.	78.408	-	5.954	10.840
Outros valores				
HS Financeira S.A.	-	3	-	-
Global Distr. de Bens e Consumo	-	544	-	-
HS Movere Transporte e Logística Ltda.	-	9	-	-
Herval Indústria de Móveis	-	49	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 61. A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício

	2º Semestre	2025
Resultado antes dos impostos	195.577	370.015
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Base de cálculo	(66.496)	(125.805)
(Adições) exclusões permanentes		
Diferenças temporárias de provisões	(47.645)	(88.037)
Outras exclusões (adições)	47.880	87.975
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	393	591
IR e CS no resultado do exercício	(65.868)	(125.276)
Corrente	(36.247)	(70.381)
Diferido	(29.621)	(54.895)

25.2 Impostos diferidos

25.2.1 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo e passivo fiscal diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada semestre/exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Demonstrado conforme abaixo:

Apuração	<u>2025</u>
Outras provisões	1.800
CPC 47 – Res. BCB 120	(548.886)
Provisões - Res. 352	(954)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.375
Base de cálculo	<u>(545.665)</u>
Alíquota fiscal IRPJ	(136.416)
Alíquota fiscal CSLL	(49.110)
Saldo ativo (passivo) fiscal diferido	<u>(185.526)</u>
Saldo ativo fiscal diferido	5.631
Saldo passivo fiscal diferido	(191.157)

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Base de cálculos IR e CS diferidos		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.375	2.375
CPC 47 – Res. BCB 120	(548.886)	(548.886)
Outras provisões	1.800	1.800
Provisões - Res. 352	(954)	(954)
Base de cálculo	<u>(545.665)</u>	<u>(545.665)</u>
Alíquota nominal	25%	9%
Saldo ativo (passivo) fiscal diferido	<u>(136.416)</u>	<u>(49.110)</u>

25.2.2 PIS e COFINS diferidos

	<u>2025</u>
PIS diferido	(9.969)
COFINS diferido	(46.075)
Saldo passivo fiscal diferido	<u>(56.044)</u>
Total Geral dos Impostos Diferidos	<u>(241.570)</u>
Total Geral dos Impostos Diferidos (Ativo)	5.631
Total Geral dos Impostos Diferidos (Passivo)	(247.201)

26 Limite de alavancagem - Administradora

Em 31 de dezembro de 2025, a Administradora se encontra de acordo com o limite de alavancagem estabelecido na Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil.

27 Limite de imobilização – Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a Instituição apresenta um grau de imobilização de 12,18%.

28 Eventos Subsequentes

28.1 Lei nº 15.270/2025 – Tributação sobre Dividendos

Em 2025 foi publicada a Lei nº 15.270/2025, a qual instituiu a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 10%, sobre os lucros e dividendos pagos ou creditados por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física, quando o montante ultrapassar R\$ 50 no mesmo mês, com vigência a partir de janeiro de 2026.

A referida legislação estabelece regra de transição que mantém a isenção do IRRF relativamente aos lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a respectiva distribuição seja formalmente aprovada até essa data, ainda que o pagamento venha a ocorrer até 2028.

Em decorrência desse novo marco legal, em 29 de dezembro de 2025 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual os acionistas ratificaram o balanço intermediário da Instituição referente ao período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de novembro de 2025, para fins de apuração de lucros do exercício corrente, e aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 550.000 distribuídos aos acionistas de forma proporcional às respectivas participações no capital social da Instituição.

Considerando que a deliberação ocorreu até 31 de dezembro de 2025, os dividendos aprovados permanecem abrangidos pela regra de isenção prevista na legislação mencionada. A Administração acompanha os desdobramentos regulamentares e avaliará eventuais impactos da nova sistemática tributária sobre a política de distribuição de resultados a partir de 2026.

28.1.1 Reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que promoveu alterações estruturais no Sistema Tributário Nacional, com a finalidade de simplificar a tributação, ampliar a transparência e assegurar maior neutralidade econômica. Entre as principais mudanças, destaca-se a substituição gradual dos tributos incidentes sobre o consumo (PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pelo CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamenta os novos tributos, dispõe sobre suas hipóteses de incidência, regimes de apuração, não cumulatividade e creditamento, bem como institui o Comitê Gestor do IBS, responsável pela administração e coordenação do imposto.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com início do período de transição em 2026 e substituição progressiva dos tributos atuais até 2033, quando o modelo anterior será integralmente extinto. Durante a fase de transição, haverá convivência entre os regimes tributários vigente e novo, exigindo adequações operacionais, sistêmicas e de conformidade por parte das entidades.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 24 – Evento Subsequente, que tem como objetivo determinar que a Instituição ajuste as demonstrações contábeis em relação aos eventos subsequentes ao período contábil a que se refere, a Administração avaliou os eventos ocorridos após a data de encerramento do exercício e até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, em 30 de março de 2026, não ocorreram eventos subsequentes que requeiram divulgação adicional ou ajustes nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.
